

FACCAMP - FACULDADE CAMPO LIMPO PAULISTA
Everton Torres da Silva

A esquerda em Jundiaí -
1967 1974.

CAMPO LIMPO PAULISTA
2009

Everton Torres da Silva

**A esquerda em Jundiaí-
1968 1974.**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Licenciatura em
História da FACCAMP, como parte dos
requisitos necessários para a obtenção do
título de Professor em História**

**Orientador: Prof. Dr. Murilo Leal Pereira
Neto**

CAMPO LIMPO PAULISTA

2009

APROVADO EM ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

PROF. Dr.Murilo Leal Pereira Neto – ORIENTADOR E PRESIDENTE DA BANCA

NOME DO PROFESSOR – Dr. Ellen Lucas Rozante

RESUMO

A ditadura militar começou no Brasil em 1964 quando o Marechal Castelo Branco assumiu o cargo de presidente da República por meio de um golpe, depondo o até então presidente João Goulart, mas foi em 1968, com o Marechal Costa e Silva, que a linha ficou realmente dura contra os opositores do governo.

Após não ter conseguido permissão para cassar o mandato do deputado do Rio de Janeiro Márcio Moreira Alves (MDB), na noite de 13 de dezembro de 1968, o governo lança o Ato Institucional n 5 que dava pleno poderes ao Presidente da República, ele poderia passar por cima do Judiciário e do Legislativo.

É nesse período em que o trabalho se desenvolve, o trabalho começa no ano de 1968, ano esse de maior repressão do governo militar e se encerra em 1974, ano em que a esquerda armada praticamente está liquidada pelo governo, foi feito levantamento da história de Jundiaí nesse período, assim tento responder minhas hipóteses sobre a esquerda em Jundiaí, nesse momento tão delicado de nossa história.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar, AI-5, Esquerda.

LISTA DE ABREVIATURAS

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PCB – Partido Comunista Brasileiro

DOPS – Departamento de Ordem e Política Social

PCB – Partido Comunista Brasileiro

ANL - Ação Libertadora Nacional

VPR - Vanguarda Popular Revolucionaria

PUC – Pontifícia Universidade Católica

GTA – Grupo Tático Armado

FAL – Fuzil Automático Leve

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
Objetivo.....	7
Procedimentos Metodológicos.....	7
Estrutura do Trabalho.....	7
1. O AI-5 EM JUNDIAÍ.....	8
2. ANTONIO GALDINO E A ESQUERDA ANTES E DEPOIS DO GOLPE MILITAR.....	12
3. O INQUERITO NO DOPS.....	17
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
5 APÊNDIE	21
6. REFERÊNCIAS... ..	22

INTRODUÇÃO

Objetivo

O objetivo do trabalho é pesquisar, através de diversos documentos e fontes bibliográficas, como a esquerda agia em Jundiaí em plena ditadura militar, quem eram seus líderes políticos, se havia um grupo organizado ou não, como os órgãos da imprensa cobriam os fatos em um período tão delicado da nossa história, se havia luta como ela se dava contra a uma ditadura tão feroz do ponto de vista repressivo, se houve desaparecimentos e mortes de militantes, e partidos políticos, e quais foram os reflexos dessa atuação.

Procedimentos Metodológicos

O trabalho foi construído a partir de pesquisas feitas junto a o arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp, o arquivo do Museu Histórico e Cultural de Jundiaí, revistas, jornais e livros.

Estrutura do trabalho

TCC está esquematizado da seguinte forma:

O capítulo 1, O Ai-5 em Jundiaí, traz o contexto no qual está inserido o trabalho e como foi relatado o Ato Institucional no jornal Diário de Jundiaí, e suas conseqüências.

O capítulo 2. Antonio Galdino e a esquerda antes e depois do Golpe Militar traz um resumo da vida sindical de Antonio Galdino história que se confunde com a história do movimento em Jundiaí.

O capítulo 3. O Processo no DOPS é um resumo do inquérito policial, em que os acusados explicam como era e como estava sendo o movimento de esquerda antes e depois do golpe, elucidando assim vários pontos sobre o PCB em Jundiaí e como eram os contatos entre os acusados.

Por fim, nas Considerações Finais, apresenta-se um panorama das reflexões do trabalho e a importância do momento histórico da década de 1968 a 74, e

responde-se ao problema de pesquisa, sugerindo novos temas para a continuidade das investigações sobre o tema.

1. O AI-5 EM JUNDIAÍ.

O discurso do deputado Márcio Moreira Alves que ocorreu no dia 2 de setembro de 1968, foi à desculpa que os militares da "linha dura" estavam esperando para entrar de vez no comando do governo brasileiro, discurso realizado em uma sessão da Câmara dos Deputados que já estava praticamente vazia, havia ali poucos deputados que acompanharam um discurso, como o próprio Márcio Moreira Alves chamou de "coisa sem conseqüência, sem importância" ¹. As palavras proferidas pelo deputado na tribuna da Câmara foram baseadas em uma peça de teatro "Lisistrata", de Aristófanes onde as mulheres de Atenas se recusaram a se encontrar com seus maridos, enquanto estes não lutassem contra Esparta. Já no discurso do deputado ele conclamava não só as mulheres e as moças brasileiras que não deixassem seus maridos entrarem em casa, mas que o boicote às Forças Armadas se estendesse a todos os brasileiros, e que usassem o 7 de setembro, que estava chegando, para fazer esse protesto contra os militares, que três dias antes haviam invadido a faculdade de Brasília e espancado os estudantes.

O ano de 68 até o Ai-5 estava sendo difícil para os militares, estavam ocorrendo vários protestos e passeatas como a dos cem mil realizada no Rio de Janeiro em 26 de junho, em protesto contra a ditadura e também pela morte do estudante Édson Luis de Lima Souto, que foi morto em um confronto com a polícia durante a invasão dos policiais ao restaurante chamado pelos estudantes de Calabouço devido às precárias condições em que se encontrava. Os policiais invadiram o estabelecimento e mataram o jovem com um tiro de pistola calibre 45².

³Na missa de sétimo dia do estudante houve mais brutalidade por parte dos policiais, estes queriam espancar os estudantes a qualquer custo, foi preciso que os padres fizessem um cordão de isolamento para que os policiais não agredissem as pessoas, mas não adiantou, na passeata os policiais provocaram o conflito e muitos estudantes foram espancados e presos.

¹ Visualizado no youtube em 25/11/09. HTTP: www.youtube.com/watch?=8gj4durtpo&feature=related

² Visualizado no site "O Rio de Janeiro através dos jornais". Em 25/11/09. <http://www1.uol.com.br/rionosjornais/rj48.htm>

Na Passeata dos Cem Mil realizada, na Cinelândia, Rio de Janeiro, participaram intelectuais, artistas, padres e muitas mães; esse fato mostrava claramente que o governo já não contava com o apoio da classe média e uma parte da Igreja.

O Primeiro de Maio em São Paulo também foi conturbado, os 20 mil trabalhadores presentes à Praça da Sé vaiaram e jogaram pedras no então governador de Estado Abreu Sodré, que se refugiou na igreja, enquanto os trabalhadores tomavam o palanque, discursando em megafones protestando contra o arrocho salarial e pelo fim a ditadura.

As greves de Contagem e Osasco tinham sido outra amostra da organização do proletariado, provando que mesmo sem um sindicato forte era possível lutar por melhores salários e melhores condições de trabalho. A greve de Contagem durou nove dias e teve adesão de quinze mil dos vinte mil trabalhadores de região, e os trabalhadores conseguiram 10% de reajuste salarial. Já em Osasco os trabalhadores pararam por dois dias tomando a fábrica da COBRASMA (Companhia Brasileira de Materiais) que depois foi desocupada pelo exército, mais de quatrocentas pessoas são presas.

Sem o apoio dos trabalhadores e dos estudantes, sem o apoio de parte da Igreja e da classe média, os militares estavam “escorados” apenas em seus políticos no Senado e na Câmara dos Deputados. Quando esses últimos votaram contra a permissão para cassar o deputado Márcio Moreira Alves, acusado pelos militares de injuriar e difamar as Forças Armadas, eles se viram sozinhos em meio à multidão que começava a ficar sem controle, então cabia a eles “colocar todo mundo em seu devido lugar”. A melhor solução encontrada foi à edição do ato institucional nº 5, que dava plenos poderes ao Executivo representado pelo Presidente da República. Este poderia cassar qualquer político e ou suspender os direitos políticos por dez anos, proibia as manifestações políticas ou de qualquer natureza e ainda suspendia o *habeas corpus* no caso de crimes praticados contra a segurança nacional.

A cidade de Jundiaí acordou na manhã de 14 de dezembro de 1968 com uma matéria curta e resumida em seus jornais sobre o ato mais arbitrário do governo militar. As manchetes no jornal Diário de Jundiaí diziam que o governo do Marechal Costa e Silva por meio do AI-5, iria preservar a “revolução” a qualquer custo, e foi o que fizeram, à custa de muito sangue e tortura, de pessoas em todo o Brasil

inclusive, de Jundiaí, como o Sr Galdino e o Sr Jayme sobre as quais falarei mais adiante.

Na madrugada do dia 13 de dezembro (dia da assinatura do AI-5), as tropas do General Alcy Jardim de Mattos ficaram de prontidão por toda noite na cidade de Jundiaí para reprimir qualquer tentativa de manifestação contrária ao novo golpe dos militares, mas como era de esperar nenhuma manifestação ocorreu naquela noite. O principal meio de comunicação da cidade na época era o jornal e por ele era transmitido não só a opinião de seus diretores, mas também a opinião da ditadura.

Um dos jornais dizia que não iriam ocorrer incidentes em Jundiaí porque a população estava mais preocupada com as festas em comemoração ao aniversário da cidade, que ocorrem no dia 14 de dezembro, e que a cidade estava tranqüila e assim iria continuar, pois estava contribuindo ainda mais com o Brasil⁴. Com isso duas mensagens eram transmitidas, a primeira era a de passar aos jundiaienses tranqüilidade, pois o que estava acontecendo seria bom não só para o Brasil como para a cidade e eles não deveriam se preocupar e a outra eram a de que estavam junto com o governo golpista para o “bem do Brasil”.

As manchetes e matérias que se seguiram após AI-5 foram para acalmar os jundiaienses no que se diz respeito à política do governo e a situação econômica no país, matérias com o presidente prometendo dias melhores e seu ministro da Fazenda dizendo que com o AI-5 seria mais fácil combater a inflação, mas eles omitiam que isso só seria possível com arrocho salarial e com o aumento da concentração de renda na mão da burguesia e o aumento da pobreza do povo brasileiro.

O jornal analisado nesta pesquisa é o Diário de Jundiaí, tinha como Diretor-Responsável Tobias Muzaiel⁵. Sr Marco Sapia, editor-chefe do jornalismo da radio difusora de Jundiaí, onde hoje o Sr Tobias é o Presidente, informou-nos em resposta via e-mail que o Jornal não sofria censura.

As cassações e os políticos que tiveram seus direitos suspensos também ganharam destaque, Nas matérias do Diário de Jundiaí Márcio Moreira Alves, Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek entre outros. No município, porém, nenhum político

⁴ Diário de Jundiaí, Jundiaí, 14 dez, 1968. Última notícia.

⁵ Tentamos entrevistar o Sr. Tobias Muzaiel sem sucesso. O Sr. Marco Sapia esclarece: “O Sr. Tobias não gosta muito de dar entrevista”

foi cassado ou teve seus direitos políticos suspensos. Mas, como já vimos, “Jundiaí estava contribuindo da o bem do Brasil.”

Jundiaí sempre foi uma cidade conservadora, ligada à Igreja e à burguesia cafeeira no século XIX, tanto que a ferrovia que ligava Jundiaí a Santos foi construída com o dinheiro dos grandes barões do café. Hoje esse vínculo se dá com a burguesia industrial. Para se ter uma idéia desse conservadorismo, nas eleições que aconteceram em 1968 dos vinte e quatro vereadores eleitos apenas sete eram da oposição (MDB). Os vereadores foram eleitos em quinze de novembro, portanto antes do AI-5, mas eles só tomaram posse em janeiro de 1969. Como o governo também havia instalado a censura os meios de comunicação de Jundiaí e em todo o Brasil ficavam em muitos casos com medo da repressão por parte do governo, mas aqui além desse fato quem comandava os jornais não estavam interessados em passar ou pelo menos tentar passar o outro lado da história.

O golpe militar de 64 acabou com a esquerda em Jundiaí e o movimento ficou completamente desarticulado, com as lideranças políticas sendo perseguidas.

Alguns mudaram de cidade com medo da repressão, como foi o caso de Cid de Jesus Tavares, hoje dirigente da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Jundiaí, que na época do golpe era metalúrgico, mas com golpe em 64 acabou indo para o Mato Grosso.

Com o AI-5 a situação ficou ainda pior, não havia mais movimento sindical, e muito menos movimento político contra o governo militar.

2. ANTONIO GALDINO E A ESQUERDA ANTES E DEPOIS DO GOLPE MILITAR.

Para se falar na esquerda em Jundiaí é obrigatório falar de Antonio Galdino. Segundo o dossiê do DOPS, Galdino é um comunista tradicional da cidade de Jundiaí, que começou a trabalhar na cidade aos dezesseis anos e ao mesmo tempo tomou contato com a vida sindical se tornando sócio do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Jundiaí e até participou de uma pequena mobilização. Quando exigiram que os trabalhadores da fábrica Fiação São Jorge fizessem horas extras até as cinco da manhã, Galdino incentivou os trabalhadores a desacatarem essa ordem e sairão às vinte e quatro horas, mas foi na Indústria Argos que estabeleceu os primeiros contatos com os comunistas e sua organização, logo depois já estava participando de reuniões comunistas e assembléias no sindicato, que ficava no antigo Clube Recreativo Musical Banda, na avenida Cavalcanti⁶.

Em 1955 Galdino, juntamente com outros companheiros, estava distribuindo panfletos, conclamando os trabalhadores da Cia Paulista de Estradas de Ferro a aderirem à greve de 24 horas contra a carestia no Estado de São Paulo, quando foram presos e levados para o DOPS. Quando os funcionários da Argos tomaram conhecimento da prisão, entraram em greve pela liberação dos sindicalistas, eles foram liberados do DOPS à meia noite do dia 2 de setembro, e como não tinham dinheiro para pagar o ônibus vieram a pé de São Paulo a Jundiaí. Pouco tempo depois acabou despedido da Argos por liderar um movimento reivindicatório na sessão onde trabalhava.

Em outubro de 1957, Galdino participou com o Sindicato dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem de Jundiaí onde era secretário-geral, da greve geral dos têxteis do Estado de São Paulo por reajuste salarial⁷, esse movimento ficou conhecido como a greve dos 400 Mil.

Galdino tinha uma vida sindical muito ativa, trabalhava na indústria têxtil Cosmopolita das 22 horas às 5 da manhã, ganhava um salário mínimo e um adicional noturno de 20 %, depois do serviço percorria as portas das fábricas

⁶ Galdino, Antonio, Sartori, Claudia. **Movimentos de uma historia.** 1 Ed..Jundiaí.Ed Grafos Comunicações Ltda.,2007.pag23

⁷ Ibid

fazendo discursos e participando de reuniões no sindicato. Com a vitória e obtenção, na Greve dos 400 Mil, do reajuste salarial de 25%, algumas empresas entraram na Justiça contra o reajuste que de 25% caiu para 18% e mesmo assim um dos donos da empresa Cia. Azem não pagaram o reajuste. Realizou-se então uma passeata dos trabalhadores dessa empresa, a passeata saiu do sindicato que ficava na Avenida Cavalcante nº98, passando pela Avenida Vigário J.J. Rodrigues, Barão de Jundiaí, Praça Governador Pedro de Toledo e percorreram mais de doze quarteirões chegando até a residência de um dos donos da Cia. Azem. Em uma reunião entre os trabalhadores e os donos da empresa, esses confirmaram que não iriam pagar o reajuste de 18%, mas após uma reação violenta dos trabalhadores e mais uma greve geral da empresa, eles acabaram por pagar o reajuste.

Em 1960 Galdino foi eleito vereador em Jundiaí pelo PSB, com 476 votos sendo o mais votado da legenda. Vale ressaltar que os vereadores não eram remunerados. Ele também foi a Cuba convidado pela Central Sindical de Cuba e lá encontrou o escritor Caio Prado Junior. Galdino ficou para as comemorações do aniversário da Revolução Cubana e no final do mandato em 64 ele foi convidado a viajar para antiga União Soviética para estudar o movimento sindical. Lá estava quando ocorreu o golpe militar em 64 e como ele diz “Tornei-me um exilado pelas circunstâncias”. Galdino só regressou ao Brasil em 1965, mas seu mandato sindical havia sido cassado e ele estava desempregado. Ao chegar a casa depois de mais de um ano fora seu filho já o não conhecia e sua família temia por sua vida.

Nesse momento em Jundiaí a repressão era intensa e, como já foi dito, vários sindicalistas e militantes foram presos, após o AI-5. Galdino foi até Campinas retirar documentos do Partido Comunista, ele e outro sindicalista estavam em frente à estação de trem da antiga Cia. Paulista quando surgiu uma viatura da polícia que freou bruscamente em sua frente. Percebendo o perigo os dois mudaram rapidamente de conversa e começaram a comentar sobre o jogo do Santos e as jogadas de Pelé os policiais então voltaram para a viatura e foram embora⁸, este pequeno episódio mostra como o medo era constante na vida dos

⁸ Galdino, Antonio; Sartori, Claudia. **Movimentos de uma História**. 1ed. Jundiaí :Grafos Comunicação Ltda. ,2007.pag35

militantes. Galdino não podia deixar a cidade, pois um processo por subversão da ordem o impedia de sair de Jundiaí.

Como não poderia mais atuar como sindicalista, Galdino se tornou sapateiro com a ajuda de seu irmão e em sua sapataria passavam diversas pessoas pedindo para que ele ajudasse a rearticular o movimento em Jundiaí. Uma dessas pessoas foi Anita Leocádia Prestes, filha de Luis Carlos Prestes Secretaria Geral do Partido Comunista Brasileiro. Galdino recusou-se a participar porque, segundo ele, o PCB não tinha condições de manter-lo e á sua família e porque todo o movimento estava desarticulado⁹, caíra o Comitê Estadual, as principais figuras no movimento tinham sido presas como Jaime Shenkel e José Batistela e ainda Nestor Vera, que era responsável pelo comitê de zona do PCB na região de Campinas e Jundiaí. Nestor Vera foi preso e assassinado no DOPS¹⁰, Cabe mencionar que um pouco antes do AI-5 Antonio Galdino e Nestor Vera se encontraram com Carlos Marighela em Americana para tentar rearticular o movimento em Jundiaí¹¹.

Carlos Marighela foi Primeiro-Secretario do Comitê Estadual de São Paulo do PCB. Após o golpe militar, Marighela posicionou-se a favor da luta armada como forma de combater a ditadura militar enquanto o Partido Comunista pregava que existia a possibilidade de um caminho pacífico. Essas divergências fizeram com que Marighela saísse do PCB e fundasse juntamente com Câmara Ferreira a ALN (Ação Libertadora Nacional). Segundo Jacob Gorender; “O vazio deixado da retração do PCB foi preenchido por novas organizações surgidas de suas próprias fileiras. A mais importante veio a ser a Ação Libertadora Nacional” (1987, p. 94.).

Marighela também era muito conhecido em Jundiaí, pois sempre aparecia nos jornais da região. Em dois meses de 17 de novembro 1968 a 10 de Janeiro de 1969 saíram dez matérias sobre o líder da ALN no Diário de Jundiaí, mostrando que realmente o grupo era ativo nas ações contra o governo, mas como era de se esperar ele era sempre taxado como terrorista e inimigo publico numero um. Marighela também organizou e participou da expropriação revolucionaria do trem pagador da Santos-Jundiaí na qual foram arrecadados

⁹ Galdino em entrevista a o Autor.

¹⁰ Idem

¹¹ Idem

108 milhões de cruzeiros novos para a guerrilha urbana. Marighela morreu na noite de quatro de novembro de 1969, surpreendido por uma emboscada na Alameda Casa Branca, na capital paulista, caindo atingido pelas balas dos agentes do DOPS sob a chefia do delegado Sérgio Paranhos Fleury.

Outro guerrilheiro que virou notícia na cidade foi o capitão Carlos Lamarca. Este foi da Academia Militar dos Agulhas Negras, em 1965 foi promovido ao posto de capitão, já em 1962, com uma posição política mais ligada a o marxismo, ele deixou o exército levando 63 fuzis FAL, dez metralhadoras Ina e munição. Lamarca foi para a VPR (Vanguarda Popular Revolucionaria) e participou do assalto a “caixinha do Adhemar”, em 1969, que rendeu à VPR algo em torno de 2,5 milhões. Foi a maior expropriação de um grupo armado do país, e este dinheiro serviu para a tentativa de montar um campo guerrilheiro no Vale do Ribeira, no sul de São Paulo, desarticulado em 1970 por forças do Exército, após a prisão de vários militantes da VPR. Lamarca ainda participou do seqüestro do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, no Rio de Janeiro, que foi trocado por 70 presos, mas Lamarca morreu no agreste baiano em 17 de setembro de 1971

No dia 7 de setembro de 1969 o jornal Diário de Jundiaí dava a seguinte manchete: “Terroristas acamparam em Jundiaí” e ao lado apresentava uma foto do Capitão Lamarca. Segundo a matéria uma bateria do exército de Campinas teria se dirigido a Jundiaí como parte da “Operação - Lamarca”, visando prender o “terrorista” que estaria acampado na cidade. Ainda segundo o jornal, nada havia sido confirmado pelo exército para não atrapalhar nas investigações, mas a esposa de um oficial do exército havia sido seqüestrada na madrugada do dia 5 de mesmo mês, e devolvida algumas horas depois, em ação realizada pelo grupo de Lamarca a fim de forçar o militar a entregar algumas fotos que davam a localização do grupo guerrilheiro. Ainda segundo o Jornal, a mulher passava bem, prestara esclarecimentos, mas nada havia sido divulgado oficialmente até aquele momento. A matéria prossegue informando que varie prisões haviam ocorrido na região, e que o próprio Lamarca havia sido detido e estava sob forte interrogatório, mas que nada havia sido confirmado pelo exército, mas pela movimentação em breve seriam divulgadas as prisões.

Porém, no dia 9 de setembro de 1969 o General Alcy Jardim de Mattos, Comandante da Guarnição de Jundiaí, desmentiu todo o ocorrido, por meio

do mesmo jornal. Ele veio tranquilizar a população “trabalhadora e ordeira, desta cidade progressista” dizendo que não era verdade o que fora relatado pelo jornal, que não foi observada a presença de qualquer grupo terrorista e nem houve prisão, o que ocorreu, segundo o General, foi um exercício e que ainda não toleraria qualquer notícia falsa que viesse a alarmar a população e que os responsáveis por boatos alarmantes seriam enquadrados na Lei de Segurança Nacional¹².

Com medo da repressão, o Sr Tobias Muzaiel mais uma vez mostrou seu apoio ao golpe quando escreveu em seu jornal que não era a intenção alarmar a população e que foi apenas um ato jornalístico de dar a notícia em cima da hora e que todos conheciam a posição do jornal de colaborar com as autoridades militares¹³.

¹² **Diário de Jundiáí**, Jundiáí, 9 fev, 1969.p.1

¹³ Idem

3. O INQUERITO NO DOPS

O Inquérito Policial n 12/72¹⁴ foi instaurado por policiais do DOPS que invadiram uma sala no sexto andar em um prédio localizado na Rua Domingos de Moraes n 2132, em São Paulo. Dentro do apartamento havia uma gráfica que produzia o Jornal subversivo “Venceremos”, da ALN. Dentro do apartamento foram presos Jorge Fidelino Galvão de Figueiredo, vulgo “Cachimbo”, e Ladislau Crispim de Oliveira, vulgo “Lalau”, que faziam parte da União Estadual dos Estudantes (U.E. E) na faculdade da PUC. Estes ao que parece em meio ao interrogatório, citaram Antonio Galdino, Dorival Rodrigues Alves e Claudinei Cabral.

Jorge “Cachimbo” estudava economia na PUC e era o dono da gráfica “subversiva” que foi comprada por Cr\$9.500,00, mantinha contato com a GTA da ALN, eles forneciam a matéria prima para o jornal. “Cachimbo” era ligado a José Dirceu e vários outros membros da U.E. E ou como está no inquérito “e outros que militavam no banditismo instalado em São Paulo a partir de 68”. A missão de Cachimbo era manter a gráfica que seria usada para imprimir material de propaganda da ALN e por onde esta pretendia divulgar seus ideais de luta armada.

Segundo Galdino foi “Cachimbo” quem o denunciou. Em entrevista a nós concedida, Galdino informou que um jornalista apelidado de “Cachimbo” havia recolhido algumas informações a seu respeito e o denunciou ao DOPS. Aparentemente Galdino enganou-se a respeito de Jorge ou “Cachimbo”, pois este não era jornalista e sim um militante da ALN.

Galdino foi interrogado às 15h40min horas do dia 18 de maio de 1972. Na entrevista que nos concedeu afirmou ter sido torturado, e respondia aos gritos dos torturadores gritando com eles também. Ainda segundo Galdino, ao sair da sala de tortura os outros presos orientaram-no: “Não grita com os meganhas não, porque se não eles te matam!”. Galdino também informou-nos sobre a célula do PCB em Jundiaí composta por ele, Adamastor Fernandes, Onofre Canêdo, Cid de Jesus Tavares e Jaime Shenkel. Segundo Galdino tudo o que ele sabia sobre

¹⁴ Arquivo Brasil Nunca Mais, Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp.

a organização do PCB os militares também já sabiam. Prosseguindo em seu depoimento, Galdino lembrou que em novembro de 1970 ficou detido por seis dias no quartel de Jundiaí juntamente com José Batistela, Cid de Jesus Tavares e Jaime Shenkel e mais vinte pessoas de outras regiões, mas não sabia o motivo da prisão. Neste momento Galdino afirma que estava mais preocupado com a família e que sua esposa (Dona Deolinda) o convencerá a deixar a militância.

Claudinei Cabral que, segundo consta em seu depoimento, morava em Jundiaí no Bairro da Bela Vista, era professor primário lecionando no Grupo Escolar da Vila Mafalda em Jundiaí, fora interrogado e provavelmente também torturado, apenas uma hora e meia antes de Galdino. Por isso talvez, o último afirme que os militares já tinham tudo a seu respeito. Cabral disse que conhecia Walter Joly quando os dois estudavam na escola Padre Anchieta em Jundiaí, e que por um convite de Joly em 1961 entrou para o PCB na Célula de Jundiaí e que esta funcionou até 1964. Segundo o interrogatório, as reuniões ocorriam na sede do PSB ou na casa de Galdino, que nessa época era vereador pelo partido. Nas reuniões eram discutidas as formas de participação do PCB nas próximas eleições, que nunca ocorreram devido ao golpe. Em 1969 Walter Joly apresentou Claudinei Cabral a José Alves. Este, por sua vez, disse que pertencia a um grupo que pretendia fazer de Jundiaí uma “Cidade Operária”. Este grupo era a VPR, seria realizado um trabalho de propaganda política por meio de plfletagem e jornais. Após duas reuniões José Alves não mais apareceu. Em seu depoimento, Walter Joly, esse disse que depois de algum tempo ficou sabendo que José Alves havia sido preso e condenado no processo da VPR.

Em meados de 1970 foi marcada uma grande reunião na sapataria de Galdino onde se pretendia rearticular o PCB em Jundiaí. Então ele conheceu José Diogo dos Santos, que pretendia realizar um movimento junto aos operários de Jundiaí. Posteriormente Claudinei Cabral descobriu que seu verdadeiro nome era Gelson Reicher, que foi morto no confronto contra policiais, ele também era ligado a VPR mostrando assim o interesse do grupo na cidade. A VPR foi uma organização política da luta armada brasileira, que se formou em 1966 a partir da união dos dissidentes da organização Política Operária (POLOP) com militares do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Walter Joly também foi indiciado no mesmo processo. Trabalhava na Cia Paulista de Estradas de Ferro, tinha 30 anos e estudava pedagogia na PUC. Julinho como era conhecido começou e se

interessar pelo comunismo quando em 1960 houve um comício em Jundiaí pela campanha do Marechal Lott e lá esteve presente Luis Carlos Prestes, assim conheceu os integrantes da chamada “célula comunista” em Jundiaí, tentou organizar UJES (União Jundiaense dos Estudantes), mas, como era de se esperar não deu certo devido ao desinteresse dos estudantes de Jundiaí. Na faculdade ele conheceu um rapaz de nome Papa ou Gandi, que pediu para ele distribuir o jornal Venceremos da ALN, dentro e fora da faculdade, e ainda montar um grupo para tal trabalho, e lhe entregou um jornal e a apostila “O Guerrilheiro” da ALN. Esta mesma pessoa disse que eles deveriam fazer um movimento de massas em Jundiaí, por isso ele se comunicou com Claudinei Cabral que mantinha contato com Antonio Galdino por meio do PCB.

Resumindo o depoimento decisivo no Inquérito foi Walter Joly que segundo o Inquérito, conhecia todos os envolvidos e esclareceu a posição de cada um com a gráfica da ALN. É impressionante como todo o sistema da esquerda parece um domino colocado em fila, cai um todos caíam por meio das torturas dos militares do DOPS.

Na apuração do inquérito, o DOPS denuncia apenas José Fidelino Galvão de Figueiredo, Ladislau Crispim de Oliveira e Dorival Rodrigues Alves decretando a prisão preventiva dos acusados de crime contra a Lei de Segurança Nacional porque faziam a sustentação da imprensa da ALN.

4. CONCLUSÃO.

Os órgãos da imprensa como o Diário de Jundiaí não sofriam censura, pois este trabalhava com os militares e ajudava a criar na cidade uma atmosfera de tranqüilidade, os políticos da ARENA representavam a maioria esmagadora na Câmara dos Vereadores de Jundiaí, nos mostrando assim como os eleitores eram conservadores, não só os eleitores, como os estudantes que em todo o Brasil se mostravam indignados com a situação do País naquele momento, mas em Jundiaí não houve uma unidade da juventude contra o governo dos ditadores militares.

A esquerda em si estava toda desarticulada, com seus líderes presos e torturados muitos deixaram a militância para se dedicar à família, outros mudaram-se de Jundiaí, os poucos que tentaram rearticular o movimento com a ajuda de grupos como a VPR ou ALN, foram rapidamente desarticulados pela repressão.

As tentativas de rearticulação praticamente desaparecem depois da prisão no DOPS das lideranças do PCB de Jundiaí e da Região de Campinas.

Isolado dos grupos de resistências que também estavam caindo um a um, com a morte de Marighela e depois a morte de Lamarca e o fim da Guerrilha do Araguaia, a resistência armada no Brasil acabava tendo como únicas vitórias os seqüestros dos embaixadores, que foram trocados por presos políticos.

5. Apêndice

O jornal "Venceremos" da ALN



6. REFERÊNCIAS

GALDINO, Antonio, SARTORI, Claudia. **Movimentos de uma historia.** Jundiaí: 2007.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada.** São Paulo :Ed Companhia das Letras,2005.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada.** São Paulo: Ed Companhia das Letras, 2005.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas, A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada.** São Paulo: Ed Ática, 1987.

SIRKIS, Alfredo. **Os Carbonários.** São Paulo: bestbolso, 2000.

